

## A Análise de Conteúdo: Uma Investigação sobre Políticas Públicas da Cultura

### *Content Analysis: Investigating Public Cultural Policies*

JENNY CAMPOS E MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este artigo tem por base uma investigação integrada no programa doutoral em Estudos Culturais que tem como tema as políticas públicas da cultura locais de dois municípios de Trás-os-Montes (Chaves e Bragança). Há uma ausência total no que concerne a estudos científicos e independentes nesta área sobre os concelhos em estudo. Nada se sabe sobre a forma, as estratégias, os planos e os resultados que as políticas públicas para a cultura tiveram e têm nestes municípios. Só após esse estudo será possível chegar a conclusões mais detalhadas e rigorosas no que concerne às efetivas concepções, orientações e prioridades que têm fundamentado, quer de forma consciente quer a um nível intuitivo, as políticas culturais adotadas nos diferentes municípios. Inserida no âmbito dos estudos qualitativos das Ciências Sociais e Humanas e recorrendo ao método da análise de conteúdo das actas e orçamentos das autarquias pretendemos analisar precisamente que políticas culturais emergiram no período entre 1995 e 2011, identificando as dimensões contempladas, os sectores privilegiados e os desfavorecidos, os domínios e os níveis culturais que se foram promovendo nestes pelouros da cultura. Ao longo deste artigo procuraremos explicitar todo o percurso metodológico que tem fundamentado a investigação em causa, tornando clara a forma como esta investigação e metodologia se encontram articuladas com os Estudos Culturais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas da cultura; análise de conteúdo; estudos culturais

---

#### **Abstract**

This article is based on an ongoing research under the doctoral program in Cultural Studies whose theme is local public cultural policies of two municipalities (Chaves and Bragança) of Trás-os-Montes. There is a total absence concerning independent and scientific studies in this field about the chosen municipalities. Nothing is known about the shape, strategies, plans and outcomes that public cultural policies have had in these municipalities. Only after this study will there be possible to obtain more detailed and accurate conclusions about actual conceptions, orientations and priorities which have substantiated, either consciously or at an intuitive level, cultural policies adopted in the different municipalities. Framed within the qualitative studies of Social Sciences and Humanities and using the content analysis method on official reports and budgets of municipalities, we intend to analyze precisely what cultural policies have emerged in the period between 1995 and 2011, identifying the dimensions they contemplate, the privileged and less favored sectors, the cultural domains and planes promoted in these culture departments. We will also try to understand how the guidelines developed by the Portuguese government and by the European Community influenced the political and cultural strategies of the municipalities under study. The main lines of influence, as well as government guidelines avoided by these authorities are subsequently characterized. Throughout this article we will try illustrate the methodological course that has laid the groundwork for this research, clarifying how these research and methodology articulate with Cultural Studies.

**Keywords:** Public cultural policies; content analysis; Cultural Studies

---

<sup>1</sup> Universidade de Aveiro/Universidade do Minho/FCT. Endereço eletrónico: jennyjcampos@gmail.com; mbaptista@ua.pt

## 1. “POLÍTICAS PÚBLICAS DA CULTURA EM TRÁS-OS-MONTES: O CASO DE BRAGANÇA E CHAVES” — UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Portugal tem uma sólida história de intervencionismo do Estado na cultura. Durante décadas, sob o domínio do Estado Novo, a censura controlou moral e esteticamente as artes e a Cultura. Com a revolução de 1974, mudaram as orientações do Estado, sendo que os meados dos anos 80 marcam o início de um novo ciclo na vida económica e política portuguesa. A adesão em 1986 à CEE/EU dá origem uma valorização crescente do papel da cultura na nossa sociedade. Nessa perspectiva, e segundo Santos (1998), a cultura começou a ser entendida como fator económico gerador de riquezas. Todavia, assumir esta dimensão da cultura e das potencialidades de desenvolvimento social aí inscritas nem sempre foi tarefa fácil. Esta perspectiva exigiu, primeiramente, um concentrado esforço de convencimento político que garanta o necessário deslocamento da cultura para um lugar de destaque na agenda política. Questionamo-nos contudo, qual terá sido a efetiva aplicação prática desta filosofia cultural tão presente nos documentos oficiais.

Parece-nos seguro afirmar que a cultura continuará a ser objeto de políticas específicas por parte do Estado e autarquias. É também claro que não podem continuar a ser asseguradas nos moldes paternalistas tradicionais, dado que há todo um conjunto de novos condicionalismos políticos e económicos desfavoráveis à intervenção do Estado e que aconselham maior racionalidade nos recursos afectados.

Os estudos existentes sobre políticas públicas para a cultura em Portugal têm elevada incidência em estudos comparativos, onde a segmentação do país é feita com base em grandes extensões do território, ou na análise dos resultados que um determinado programa europeu teve nas diferentes regiões. Outros há que se centram nos montantes e verbas atribuídas às ou pelas autarquias (Neves, 2005; Ferreira, 1999) sem procurarem compreender ou analisar a efetiva aplicação e proveito que esses fundos tiveram para a comunidade.

Esta investigação tem como foco a região de Trás-os-Montes, estudando especificamente os municípios de Bragança e Chaves, sendo que há uma ausência total no que concerne a estudos sobre esta zona do país. Nada se sabe sobre a forma, as estratégias, os planos e os resultados que as políticas públicas para a cultura tiveram e têm nestes municípios. Urge pois que o Norte deixe de ser entendido e estudado como um todo pois as políticas públicas da cultura no Porto, Braga e Guimarães são necessariamente diferentes das políticas públicas da cultura de Montalegre, Vinhais, Chaves ou Bragança.

Inserida no âmbito dos estudos qualitativos das Ciências Sociais e Humanas, e recorrendo ao método da análise de conteúdo das atas e orçamentos, das autarquias, pretendemos analisar precisamente que políticas culturais emergiram no período entre 1995 e 2011, identificando as dimensões contempladas, os sectores privilegiados e os desfavorecidos, os domínios e os níveis culturais que se foram promovendo nestes pelouros da cultura.

São objetivos desta investigação:

- Pesquisar e discutir os diversos instrumentos conceituais, fundamentos e metodologias com vista a compreender a evolução dos conceitos e das representações da cultura, políticas públicas para a cultura e estudos culturais.
- Identificar e caracterizar as principais linhas de desenvolvimento das políticas públicas para a cultura na Europa no período entre 1995-2011;
- Compreender quais e como foram implementadas as políticas públicas para a cultura nos dois concelhos em estudo no período entre 1995-2011;
- Discutir os critérios teóricos e respectiva execução prática de 'prioridades culturais', bem como, quais os sectores/áreas da cultura que, ao longo dos anos em estudo, foram sendo privilegiados ou desfavorecidos nos pelouros da cultura;
- Contribuir para uma análise crítica dos conceitos e representações sociais da cultura transmontana e cultura portuguesa em acção no sector cultural municipal;

No final desta investigação procurar-se-á ainda compreender de que forma as diretrizes definidas pelo governo português e pela Comunidade Europeia influenciaram as estratégias político-culturais dos municípios em estudo, sendo que posteriormente serão caracterizadas as principais linhas de influência, bem como, as diretrizes governamentais ignoradas (consciente ou inconscientemente) por estas autarquias.

## 2. REFLEXÃO SUMÁRIA SOBRE OS ESTUDOS CULTURAIS

Os estudos culturais surgiram em Birmingham com a criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CCCS), em 1964, inicialmente, sob a direção de Richard Hoggart (1964-1968) e, posteriormente, com Stuart Hall (1968-1979). À luz de Baptista (2009: 21) a atividade do CCCS consistia em *“promover a cooperação entre as diversas áreas do conhecimento, procurando estimular a investigação em interdisciplinaridade”*, sendo que em simultâneo procuravam investigar temas da atualidade.

Aquilo que inicialmente não era mais do que um foco marginal na investigação, acaba por conhecer uma expansão excecional durante os anos 80. Cresceu em reconhecimento, através da criação de revistas, programas e associações internacionais que se foram disseminando por países como o Canadá, Austrália ou mesmo na Europa e nos Estados Unidos, estando hoje presentes na academia dos cinco continentes. Todavia, a sua expansão não foi apenas territorial, mas também temática. Assim, atualmente os Estudos Culturais constituem-se como um campo académico que se espraia pelas mais diversas áreas do saber que vão desde a sociologia à comunicação, passando pela ciência política, filosofia, antropologia cultural, estudos museológicos, crítica de arte, entre outros. Formam um campo de pesquisa interdisciplinar ou pós-disciplinar que procura resolver um conjunto de problemas culturais através do uso de paradigmas teóricos, metodológicos e estilísticos de origem diversa. O objecto de estudo dos Estudos Culturais foi mudando ao longo

do tempo e tomou formas diferentes adaptando-se ao investigador e ao tema em estudo. Os Estudos Culturais são um campo interdisciplinar de investigação situado no cruzamento entre as ciências humanas e sociais, sendo que na sua agenda temática se encontram questões de género e sexualidade, identidades, pós-colonialismo, etnia, cultura popular, políticas culturais, discurso e textualidade, pós-modernidade, multiculturalismo, globalização, entre outros, tendo os seus investigadores origens e formações bastantes diversas.

No que concerne às metodologias utilizadas, Barker (2004) refere que os Estudos Culturais tendem a favorecer os métodos qualitativos remetendo para segundo plano os métodos quantitativos que se concentram em números e na contagem de coisas, preferindo dar destaque aos métodos que valorizam os significados dos materiais recolhidos através de técnicas como a observação participante, as entrevistas, os grupos focais ou a análise de conteúdo. Nesta mesma ótica, Paraskeva (2011:11) defende que os Estudos Culturais se interessam pela interpretação não só da *“forma como determinadas manifestações culturais se localizam no vasto espectro do intrincado circuito de produção cultural, como ainda a forma como tais manifestações interactivam com dinâmicas ideológicas, de classe, raça, género, orientação sexual, nacionalidade”*. Em consequência da variedade de áreas teóricas trabalhadas nos Estudos Culturais surgem trabalhos empíricos bastante diversificados, fruto de *“um conjunto de decisões metodológicas e posicionamentos epistemológicos presentes sobretudo nas fases de escolha do tema a investigar, nos objectivos da investigação, bem como pelo uso de paradigmas, teses e conceitos através dos quais a empiria é interpretada e discutida”* (Baptista, 2009: 26).

Segundo Barker (2004) os trabalhos nos estudos culturais têm vindo a centrar-se em três tipos de métodos de pesquisa:

- (a) Etnografia, que tem sido frequentemente associada ao culturalismo e a investigações focadas na “experiência vivida”.
- (b) A variedade de abordagens textuais que têm vindo a aproximar da semiótica, pós-estruturalismo e desconstrucionismo.
- (c) Uma série de estudos de receção das audiências que são ecléticos, com fortes raízes teóricas, mas para quem a teoria hermenêutica tem sido de extrema importância.

Hoje, uma boa parte das investigações em estudos culturais está focada nas questões de como o mundo é socialmente construído. Como tal, uma das áreas centrais deste campo de investigação pode ser entendido como a necessidade de compreender e explorar a cultura, bem como os significados e representações geradas pelas práticas culturais que ocorrem num determinado contexto, dando um interesse particular às consequências políticas que são inerentes a tais práticas culturais. No campo dos Estudos Culturais foi Hoggart quem chamou à atenção, pela primeira vez, para a necessidade de interpretar de forma distinta as políticas culturais. À luz de Hoggart, a análise político cultural não poderia ser feita sem uma

compreensão histórica e do contexto em que essas opções políticas foram tomadas. Só assim seria possível reunir os dados necessários para a construção de análise que permitam compreender e transformar a realidade. Já segundo Bennett (1992), as políticas devem ser inseridas nos Estudos Culturais por várias razões, das quais se destacam o facto de que sempre que nos referimos à cultura estamos a englobar nesse conceito considerações políticas. Em segundo, porque devemos ser capazes de distinguir objetos, percursos, metas e técnicas de governação face à cultura. Em terceiro, porque devemos identificar as especificidades das políticas culturais e, por fim, porque a investigação neste domínio conduz, entre outras, à identificação de agentes culturais fundamentais para as localidades

Por fim, para Hall (1980), o que diferencia os estudos culturais de outras áreas de interesse são as suas conexões com as questões de poder e política. O autor compreende os Estudos Culturais como um campo interdisciplinar no qual as perspectivas de diferentes disciplinas podem ser convocadas para examinar, por exemplo, as relações de cultura. Nesta óptica podemos afirmar que uma das vertentes dos Estudos Culturais se preocupa em pensar a cultura como um agente na busca de mudança.

Atualmente parte dos Estudos Culturais foca a sua atenção nos estudos das comunidades e das formas e estruturas de poder que se geram em seu torno, sejam elas políticas, inter-geracionais, sociais, tenham lugar no domínio privado dos lares ou em espaços e instituições públicas como autarquias. Desta forma cultura, conhecimento e poder em si, mostram estar presentes em muitos âmbitos e domínios do quotidiano. Parte do projecto dos estudos culturais foi estudar e compreender não só as opções daqueles que exercem poder perante os outros (exemplo: municípios perante a comunidade), mas também demonstrar o quão incluída a cultura se encontra no quotidiano das populações. De acordo com Hartley (2003), nos estudos culturais houve desde cedo um interesse constante pela cultura popular, pela vida quotidiana, pelas cidades e subúrbios, pela ideologia, pela hegemonia, pelo discurso e a visualidade, sem esquecer as relações entre público e privado e entre pessoal e institucional, a política da cultura, pelas culturas rurais, mas também pelas metropolitanas. Neste sentido, podemos afirmar que os Estudos Culturais surgiram da necessidade urgente e profunda de pensar seriamente e de forma sustentada sobre estes e outros temas, relacionando-os com outros assuntos polémicos da contemporaneidade. Podemos afirmar então que os Estudos Culturais defendiam/defendem a filosofia da inclusão e da renovação.

Hartley (2003: 1-4) refere que os Estudos Culturais têm vindo a ser alvo de várias críticas ao longo dos anos. Assim sendo, o autor destaca que os Estudos Culturais são acusados por serem demasiado políticos ou de não serem políticos o suficiente. Segundo o autor, outra das críticas que lhes são tecidas referem-se ao facto dos Estudos Culturais não terem um método ou objecto de estudo, enquanto outras críticas destacam o facto de estarem demasiado enraizados academicamente. Por outras palavras, apesar de já se encontrarem integrados na academia dos

cinco continentes, os Estudos Culturais permanecem como um campo teórico ainda pouco consensual. De acordo com Baptista (2009: 17-18) “*os estudos culturais têm funcionado como agente e sintoma na reconfiguração da estrutura disciplinar quer das Humanidades quer das Ciências Sociais, num processo que ainda hoje está em curso*”.

Assim sendo, os Estudos Culturais sedimentaram e sedimentam a sua presença na academia afirmando o seu interesse por estudar aqueles que se encontram nas margens, sejam comunidades, territórios, crenças, identidades ou entidades. Neste campo estuda-se criticamente o deslocamento, a desmistificação, a descentralização e os discursos dominantes. Por outras palavras, estuda-se a expansão de vários assuntos ligados ao homem e à(s) sua(s) cultura(s).

### 3. DA PESQUISA QUALITATIVA À ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como vimos anteriormente os Estudos Culturais constituem-se como uma área pós-disciplinar, “*um lugar de encontros e partilha de saberes, métodos e experiências de investigadores de diversas áreas, que têm em comum um interesse particular pelas questões culturais*” (Baptista, 2009: 8) cujas investigações dão especial destaque às pesquisas qualitativas procurando perceber significados, na busca de um conhecimento intensivo e não extensivo.

A pesquisa qualitativa abrange uma pluralidade de pontos de vista epistemológicos e teóricos e pressupõe uma grande variedade de técnicas, para além da multiplicidade dos objectos pesquisados. À luz de Guerra (2006: 11) “*na denominada ‘investigação qualitativa’, se enquadram práticas de pesquisa muito diferenciadas, fazendo apelo a diversos paradigmas de interpretação sociológica com fundamentos nem sempre expressos e de onde decorrem formas de recolha, registo e tratamento de material também elas muito diversas.*”

De acordo com Poupart (2008: 90), é possível afirmar que a pesquisa qualitativa se caracteriza:

- Pela sua flexibilidade, quer no que concerne à construção do objeto, quer quanto à sua capacidade de adaptação ao longo do desenvolvimento da investigação;
- Pela sua “*capacidade de se ocupar de objectos complexos, como as instituições sociais, os grupos estáveis, ou ainda, de objectos ocultos, furtivos, difíceis de apreender ou perdidos no passado*” ;
- E pela sua capacidade de englobar dados heterogéneos, quer pela sua abertura o mundo empírico, quer pela sua capacidade de englobar diferentes técnicas de recolha de dados que mais tarde permitirão a triangulação de dados.

No caso específico desta investigação utilizaremos a técnica da análise de conteúdo (de atas e orçamentos camarários), bem como entrevistas semi-estruturadas realizadas a sujeitos chaves e que nos permitirão triangular a informação.

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu não só melhor compreender e enquadrar o nosso objecto de estudo, mas também interpretar os dados opacos que foram surgindo ao longo da pesquisa. “*O uso de metáforas retiradas dos textos científicos, da literatura, ou do meio social, é, sem dúvida, um dos procedimentos mais ‘secretos’ e fecundos que podem auxiliar o pesquisador a realizar a contento uma análise, bem como a construir seu objecto de pesquisa*” (Poupart, 2008: 141). Contudo, nas investigações qualitativas as revisões bibliográficas não se cingem à fase inicial. Pelo contrário, este é um processo evolutivo e contínuo de retorno às fontes bibliográficas de referência de forma a melhor compreender o seu objecto de estudo. No caso da nossa investigação, a primeira fase foi dedicada à pesquisa bibliográfica que teve como objetivo dedicar ao tema um olhar aprofundado e crítico relativo aos aspetos relevantes (políticas públicas para a cultura europeias, nacionais e locais) para a investigação. A leitura da bibliografia foi acompanhada pela redação de notas, seja sob a forma de uma grelha ou de uma ficha de leitura. Estes documentos serviram e servirão de base para a redação de capítulos e para o confronto de ideias, conceitos e teorias dos diferentes autores.

Tal como vimos anteriormente uma das técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas e nos estudos culturais é a análise de conteúdo. Esta exige uma recolha rigorosa dos dados a analisar, dedicação, paciência e bastante tempo do pesquisador, o qual terá que definir as categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (Freitas, Cunha, e Moscarola, 1997).

No nosso caso a técnica da análise de conteúdo foi utilizada apenas para os documentos relativos às políticas culturais autárquicas permitindo uma melhor interpretação e compreensão dos dados brutos recolhidos anteriormente.

Segundo Bardin (2006: 95-141), a análise de conteúdo encontra-se organizada em 4 fases:

1) **Pré-análise:** é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objectivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas:

- (a) Leitura flutuante, onde é feito o primeiro contacto com os documentos recolhidos, no caso da presente investigação a pré-análise efectuou-se nos arquivos das duas autarquias em estudo;
- (b) Escolha dos documentos, que consiste na seleção do que será analisado, momento que também aconteceu nos arquivos das câmaras municipais;
- (c) Formulação das hipóteses e dos objetivos;
- (d) Referenciação dos índices que permitiram passar à fase da exploração do material.

2) **Exploração do material:** A exploração do material constitui a segunda fase e consiste na codificação do material com base nas categorias identificadas pelo investigador e organizadas numa ou várias grelhas. Estas categorias permitiram agrupar os dados “por parentesco de sentido” decompondo ao máximo a informação. Nesta investigação utilizamos o modelo aberto de categorias o que nos permitiu

ir criando novas categorias à medida que a análise ia evoluindo. De acordo com Guerra (2006), a lógica da investigação nem sempre é gerada a priori pelos quadros de análise do investigador. O investigador espera encontrar essa lógica através da análise do material empírico que vai recolhendo, isto permite-lhe identificar as lógicas e as racionalidades dos dados confrontando-as com o seu modelo de referência.

A exploração do material consiste numa etapa importante porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da “descrição analítica”, a qual diz respeito ao *corpus* submetido a um estudo aprofundado, orientado pelos referenciais teóricos.

Na nossa investigação as categorias criadas, num primeiro momento foram:

- a) Património imaterial: compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos recebem de seus ancestrais e que mais tarde passarão aos seus descendentes;
- b) Património material: composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza. Estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais como palacetes, por exemplo; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Posteriormente dividimos os projetos, ações e atividades implementadas pelas autarquias segundo a sua tipologia:

- a) Eventos;
- b) Infra-estruturas;
- c) Apoios financeiros;
- d) Património (promoção e animação);
- e) Património (reabilitação e conservação);
- f) Protocolos;
- g) Turismo;
- h) Turismo Cultural;
- i) Livro, leitura e edição;
- j) Museus; e
- k) Outros (onde se inserem projectos ou actividades que não se enquadram em nenhum dos domínios acima referidos).

O quadro 1 é um exemplo das grelhas utilizadas para análise das políticas públicas para a cultura do município de Bragança, durante 1997.

Para uma melhor compreensão dos dados recolhidos, estes foram mais tarde analisados distribuindo as actividades, projetos e eventos por quatro tipos de públicos (4 novas categorias):

- a) O público infanto-juvenil/comunidade escolar (onde se inseriram não só as actividades e projetos destinados às escolas, mas também aqueles destinados à comunidade infanto-juvenil realizados fora do contexto escolar);

- b) A comunidade local (onde se inseriram todas as atividades e projetos destinados aos habitantes dos concelhos de Chaves e Bragança);
- c) Os turistas (onde se inseriram todas as atividades e projetos que buscam não só atrair maior número de visitantes, mas também todas aquelas que pretendem preencher o dia a dia dos turistas em Chaves e Bragança); e
- d) O público exógeno (onde se inseriram as actividades e projectos destinados à promoção de Chaves e Bragança no exterior, sendo que como exterior entendemos não só os países estrangeiros, mas também outras localidades de Portugal);

Município de Bragança: ano 1997	
Património Imaterial	Património Material
- Apoio financeiro a: Associação Cultural Quintela de Lampaças Associação Recreativa Cultural e Social S. Pedro Associação Recreativa e cultural de França Grupo Recreativo de Salsas Associação cultural de Maçãs Associação cultural das Carvas Banda Musica de Izeda Banda de Música de Pinela Grupo folclórico Alto das Cantarias  - Eventos: Feira das Cantarinhas Festas da cidade	- Apoio financeiro: Restauro igreja de S. Francisco Restauro Igreja de Gostei Restauro do altar mor da igreja de Santa Maria ao restauro da igreja matriz de Nogueira e da Igreja de Manceriz

Quadro 1: Análise das políticas públicas da cultura do município de Bragança (ano 1997). Divisão por tipo de património e tipo de actividade

O quadro 2 é um exemplo das grelhas utilizadas para análise de um ano (2007) de políticas públicas para a cultura do município de Chaves.

	Actividades			
	Público Infanto-juvenil/Comunidade Escolar	Comunidade Local	Turistas	Promoção de concelho no exterior
2007	- Desfile de Carnaval (tema Circo). - exposição de artes plásticas (em parceria com a Cooperativa Árvore)	- Construção da escola de artes e ofícios de Chaves, auditório e museu ferroviário - Reabilitação das Muralhas do Forte de S. Neutel - Homenagem a Miguel Torga (ano do Centenário do seu nascimento) - Feiras dos Santos - Concertos com a orquestra do norte	- Sabores e Saberes - Adesão à cooperativa TCR-Desenvolvimento e promoção do turismo cultural e religioso	- Adesão de Chaves à Associação Portuguesa de Vila Novas Medievais planeadas. - Festival Internacional de Folclore - XX Encontro de Transmontanos em Osnabruck, na Alemanha

Quadro 2: Análise das políticas públicas da cultura do município de Chaves (ano 2007). Divisão por tipo de público

Posteriormente fizemos a análise dos dados dividindo as ações, projetos e atividades de acordo com a entidade responsável pela organização dos eventos, ações ou projetos. As categorias trabalhadas foram:

- a) Entidades públicas: compreende as ações, projetos e eventos da responsabilidade de entidades como a câmara municipal, juntas de freguesia ou entidades estatais;
- b) Entidades privadas: compreende as ações, projetos e eventos da responsabilidade de entidades privadas como associações, empresas ou pessoas singulares.

O quadro 3 é um exemplo das grelhas utilizadas para análise de um ano (2002) de políticas públicas para a cultura do município de Bragança com a divisão relativa à entidade promotora dos eventos.

Quem?	Património Imaterial	
	Câmara Municipal e instituições públicas	Entidades Privadas
O quê?	Câmara Municipal de Bragança	Associação Grupo de Caretos de Podence
Eventos	Feira das Cantarias e do artesanato	
	Festa da história	
Protocolos e parcerias	Para apoiar a preservação dos caretos	
Livro, leitura e edição	"Bragança um olhar sobre a história" volume II	
Património (promoção e animação)	"Desfile dos Mascarados" e "Caretos e Mascaretos"	
	III Bienal da máscara- Mascararte	

Quadro 3: análise de um ano (2002) de políticas públicas para a cultura do município de Bragança com a divisão relativa à entidade promotora

Mais tarde analisamos os dados com base na área geográfica a que se destinavam. As categorias selecionadas foram:

- a) Património local: inclui todas as expressões culturais (materiais e imateriais) de índole local (relativas a cada município)
- b) Património regional: inclui todas as expressões culturais (materiais e imateriais) de índole regional (relativas à região de Trás-os-Montes).
- c) Património nacional: inclui todas as expressões culturais (materiais e imateriais) de índole nacional (relativas ao território português)
- d) Património internacional: inclui todas as expressões culturais (materiais e imateriais) de índole internacional.

O quadro 4 é um exemplo das grelhas utilizadas para análise das políticas públicas para a cultura locais, do município de Bragança, relativas ao ano 2000.<sup>2</sup>

Por fim, aglomeramos estes quadros noutros quadros que permitiam a análise dos dados de acordo com os mandatos autárquicos.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Para o mesmo ano foram ainda efetuadas análises para o património regional, nacional e internacional.

<sup>3</sup> Não inserimos esses quadros, neste artigo devidos às suas grandes dimensões.

Quem?	Património local						
	Câmara municipal e instituições públicas			Entidades Privadas			
O quê?	Câmara Municipal de Bragança	Junta de Freguesia de Deidão	Associação Franco-Portuguesa de Pavillon-Sous-Bois - "Casa de Trás-os-Montes"	Igreja/Diocese	Grupo Etnográfico e Desportivo de Varge	Organização da Festa dos Rapazes da Aveleda	Associação Cultural e Recreativa de Babe
Infra-estruturas	Construção do Teatro Municipal						
Apoios financeiros		Para apoio na construção do regadio tradicional	Para aquisição dos trajes do Grupo de Pauliteiros desta Associação	Para a fábrica da Igreja paroquial de S. Miguel, para apoio às obras de restauro da igreja.	Sem indicação sobre o fim para o qual se destina o apoio	Para apoio à festa dos rapazes	Para apoio à festa dos rapazes
				Para a Fábrica da Igreja Paroquial de Sortes, para a recuperação do chão da Igreja de Viduedo			
Eventos	Feira das Cantarinhas						
	Festas da cidade						
Património (promoção e animação)	Cortejo etnográfico do concelho de Bragança						
	Valorização dos moinhos comunitários de Espinhosela						

Quadro 4: análise de um ano (2000) de políticas públicas para a cultura do município de Bragança relativas ao património local

3) **Tratamento, inferência e interpretação dos dados:** esta fase diz respeito ao tratamento e interpretação dos dados. Na investigação em causa foi nesta fase que se estabeleceram as relações com a realidade local e se fizeram conexões entre os diferentes anos estudados, bem como entre as diferentes análises (a das atividades, a dos públicos, do território e das entidades promotoras).

4) **Discussão e divulgação dos resultados:** Este é momento onde todos os dados devem ser interpretados e discutidos de forma sistemática. Buscando assegurar a

validade interna desta investigação, os resultados obtidos serão ainda triangulados<sup>4</sup> com a informação existente nos orçamentos autárquicos, com as entrevistas semi-estruturadas<sup>5</sup> realizadas aos vereadores da cultura e presidentes autárquicos, bem como com a teoria estudada ao longo de todo o processo. Guerra (2006) defende que a “*relação entre teoria e empiria é indispensável, pois que a teoria não está nos dados recolhidos e, portanto, não é suficiente descrever o que se recolheu*” (Guerra, 2006:24). A investigação científica resulta da ação dos investigadores que interrogam a empiria, formulando conceitos que se relacionam entre si e produzem conhecimentos articulados. Neste sentido, a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência.

Convocamos também aqui a teoria sistémica uma vez que no contexto da nossa investigação esta revela ser particularmente pertinente uma vez que as opções político culturais tomadas pela autarquia “*provocam efeitos de sistema*” (Guerra, 2006: 8) na própria localidade. Por outro lado, se entendermos que as políticas públicas locais são uma consequência das políticas nacionais ou mesmo europeias identificamos rapidamente também a influência da teoria sistémica. Estes efeitos ou consequências tornam-se pertinentes para explicar períodos de crise ou de equilíbrio. Na óptica da autora as ‘estruturas’ que organizam os sistemas e os modos de acção colectiva não são dados ‘naturais’ que emergem espontaneamente e cuja existência seria o resultado automático de uma dinâmica qualquer. Contudo, as estruturas também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. As ‘estruturas’ são sempre provisórias e contingentes, fruto de soluções encontradas pelos actores graças a recursos e capacidades específicas.

#### 4. CONCLUSÃO

Depois de vários anos dedicados à análise e interpretação daquelas que foram as políticas culturais europeias, nacionais e locais, resta agora compilar toda essa informação e debater os resultados obtidos.

Será pois este o momento em que tomaremos conhecimento de todas as conclusões alcançadas depois de analisado um corpus com cerca de 950 atas, 32 orçamentos e vários outros documentos nacionais (emanados pelos diferentes governos e pelos diferentes ministérios da cultura) e europeus. Serão essas conclusões

<sup>4</sup> A triangulação das diferentes fontes de dados (revisão bibliográfica, actas, orçamentos e entrevistas) constitui um meio através do qual o investigador se pode certificar da objectividade, ou seja, da exactidão dos dados obtidos na sua análise. Todavia, mais do que procurar uma correspondência entre os dados e as perspectivas, procura-se uma concordância de forma a tornar compreensível as conclusões obtidas, pois para os investigadores qualitativos o que importa é reunir condições que permitam explicar as divergências constatadas. Ou seja, no que respeita à validação da pesquisa, o mais relevante são as ligações e as articulações entre os objectivos da pesquisa, as orientações teóricas, os dados empíricos e as conclusões obtidas.

<sup>5</sup> A entrevista semi-estruturada caracteriza-se pela existência de um guião previamente preparado que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. Todavia, este guião não exige uma ordem rígida nas questões, permitindo a introdução de novas questões ou mesmo a supressão de questões. Para a nossa investigação as entrevistas permitiram esclarecer dúvidas, perceber opiniões e aprofundar algumas áreas não compreensíveis ou identificáveis em fontes documentais.

detalhadas e rigorosas que nos permitirão compreender quais foram as efetivas conceções, orientações e prioridades que fundamentaram, quer de forma consciente quer a um nível intuitivo, as políticas culturais adoptadas nos diferentes municípios em estudo.

No fim desta investigação deveremos ter criado condições para discutir não só a empiria, mas também a teoria. Em simultâneo procuraremos elaborar um conjunto de recomendações para as autarquias, pois queremos contribuir para o reconhecimento de que a realidade político-cultural afecta o mundo social em que os habitantes vivem pensam, trabalham e ocupam os seus tempos de lazer. As políticas públicas para a cultura são apenas uma pequena porção dessa realidade vivida, mas esta mistura-se com conceções mais amplas de identidade, espaço, comunidade e lugar.

Por fim, procuraremos indicar vários caminhos a seguir em investigações futuras. Esperamos que nessa altura sejamos capazes de ter contribuído para um maior conhecimento e melhor entendimento daquelas que são as políticas públicas para a cultura em Portugal.

#### **FINANCIAMENTO**

Este artigo está inserido numa investigação de doutoramento em estudos Culturais, cujo tema é “Políticas públicas da cultura em Trás-os-Montes: o caso de Bragança e Chaves” e que é financiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia, no domínio das Ciências Políticas, com a referência SFRH / BD / 80289 / 2011.

#### **REFERÊNCIAS**

- Baptista, M. (2009) “O quê e o como da Investigação em Estudos Culturais” in Baptista, M. (coord) (2009) *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa: Ver o verso, pp. 17-28.
- Bardin, L. (2006) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Barker, C. (2004) *The Sage Dictionary of Cultural Studies*, London: SAGE Publications.
- Barnard, A. & Spencer, J. (2002) *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London e New York: Routledge.
- Bennett, T. (1992) “Putting Policy into Cultural Studies” in Grossberg, L., Nelson, C. & Treichler, P. (eds) (1992) *Cultural Studies*, London: Routledge, pp 23-37.
- Chizzotti, A. (2006) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Cortez.
- Creswell, J. (2007) *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*, Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, J. (1999) *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- Flick, U. (2009) *Introdução à Pesquisa Qualitativa*, São Paulo: Artmed.
- Freitas, H., Cunha, M. & Moscarola, J. (1997) “Aplicação de Sistemas de Software para Auxílio na Análise de Conteúdo”, *Revista de Administração da USP*, 32 (3): 97-109.

- Guerra, I. (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*, Cascais: Principia.
- Hall, S. (1980) "Cultural Studies: two Paradigms", in *Media, Culture and Society* 2: 57-72.
- Hartley, J. (2003) *A Short History of Cultural Studies*, London: SAGE Publications.
- Mattelart, A, & Neveu, E. (2004) *Introducción a los Estudios Culturales*, Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Neves, J. (2005) *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Paraskeva, J. (org) (2011) *Estudos Culturais, Poder e Educação*, Mangualde: Pedago.
- Poupart, J.; et. al. (2008) *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos*, Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. (coord) (1998) *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.